

## BRASIL

# Empresas têm dificuldades para emitir nota de serviços no início da reforma tributária

Segundo a Receita, as principais razões relacionadas à impossibilidade de emissão dizem respeito a problemas de configuração

**B**rasília - Algumas empresas do setor de serviços registram problemas para emissão de nota fiscal neste início de implantação da reforma tributária. Segundo a Receita Federal, as principais razões relacionadas à impossibilidade de emissão dizem respeito a problemas de configuração por parte dos municípios.

De acordo com o fisco, no dia 1º de janeiro, quase 2 mil municípios ativaram seu convênio para utilização da NFS-e (Nota Fiscal de Serviço eletrônica). Na última segunda-feira (5), houve lentidão no sistema, com relatos de impossibilidade momentânea de emissão, decorrente do alto número de acessos e consultas ao banco de dados, que já foi reconfigurado; a lentidão foi resolvida.

Muitos municípios, no entanto, decidiram continuar com seus sistemas próprios, apenas adaptando as notas ao formato que inclui

os novos tributos. Outros vão adotar o emissor nacional, mas não completaram as etapas necessárias para viabilizar o uso pelos seus contribuintes.

Em nota, a Receita orienta que os contribuintes “verifiquem junto à secretaria de finanças, ou equivalente, de seu município se foram adotadas as providências e adequações necessárias para possibilitar a emissão”.

## QUEM ESTÁ ATRASADO

A maior parte das cidades brasileiras ainda não está com o sistema plenamente operacional.

Segundo dados do painel de monitoramento das adesões à NFS-e, das 5.465 prefeituras já conveniadas, o que representa 98% dos municípios do país, apenas 1.898 (34% dos municípios brasileiros) estão operando de fato com emissão de notas.

Outras 2.669 (48%) estão com o sistema configurado, mas sem emissão registrada pelo portal; 898

(16%) seguem em fase final de configuração; e 106 (2%) não estão conveniadas.

Maior emissor de notas fiscais do país, o município de São Paulo informou na sexta (2) que já haviam sido emitidas 31 mil notas com o destaque dos novos tributos sobre bens e serviços. A prefeitura oferece duas opções: o modelo anterior e o novo, com os campos de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

## NOVAS REGRAS

Neste primeiro ano de implantação da reforma, as empresas devem informar nas notas fiscais os valores dos novos tributos sobre bens e serviços, com alíquotas de 0,9% para a CBS (contribuição federal) e 0,1% para o IBS (imposto de estados e municípios). Não haverá recolhimento de imposto em 2026. O objetivo é testar o sistema e iniciar o cálculo das alíquo-



Divulgação

A maior parte das cidades brasileiras ainda não está com o sistema plenamente operacional.

tas que mantêm a carga tributária atual.

Nem todas as notas terão essas informações neste momento. Empresas do Simples Nacional e MEIs (Microempreendedores Individuais) estão dispensados dessa obrigação, que se aplica apenas a companhias de maior porte.

Para o consumidor, não

há mudança: ele poderá ver as informações sobre esses dois novos tributos na nota fiscal, mas esse valor não será incluído pelo sistema no preço final.

Neste começo de ano, as notas fiscais emitidas sem essa informação não serão rejeitadas. Ou seja, ninguém ficará impedido de realizar suas vendas.

## Anvisa aprova lecanemabe, novo remédio para tratar o Alzheimer

**B**rasília - A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou um novo medicamento indicado para tratamento da doença de Alzheimer em estágio inicial e pacientes com comprometimento cognitivo leve (CCL).

Produzido pela empresa japonesa Eisai em parceria com a Biogen, o lecanemabe, vendido como Leqembi, reduz placas de beta-amiloide no cérebro, retardando o declínio cognitivo em pacientes.

O remédio não trata sintomas como perda de memória, desorientação, mudanças na personalidade e no comportamento, mas pode ajudar a retardar a progressão da doença.

A aprovação, publicada em 22 de dezembro, abre caminho para sua comercialização no Brasil, mas com restrições devido a riscos de efeitos colaterais graves e custos elevados no

tratamento.

O acúmulo das proteínas beta-amiloide e tau é considerado o principal fator envolvido na doença de Alzheimer, sendo o foco dos tratamentos mais modernos. Esses tratamentos visam principalmente reduzir as placas de beta-amiloide e de tau no cérebro, que têm papel fundamental no prejuízo das funções cognitivas.

É assim que o lecanemabe funciona. Ele combate o Alzheimer “atacando” as amiloides, o que pode impactar a progressão da proteína tau.

A aprovação do medicamento baseia-se nos dados do estudo global de Fase 3, chamado Clarity AD. A pesquisa envolveu 1.795 pessoas com doença de Alzheimer em estágio inicial, que apresentavam placas beta-amiloides no cérebro e receberam Leqembi ou placebo (grupo controle).

Após 18 meses de trata-

mento, os pacientes tratados com Leqembi apresentaram um declínio menor de demência do que aqueles que receberam placebo.

“É um ganho real de qualidade de vida, porque os pacientes demoram mais para apresentar a piora dos sintomas. E esses ganhos parecem ser melhores quanto mais cedo o paciente começa o tratamento”, afirma Mychael Lourenço, professor do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O especialista explica que, ao contrário de remédios antigos como donepezila, galantamina, rivastigmina e memantina, que perdem efeito rapidamente, o lecanemabe oferece benefícios mais duradouros.

“Embora não seja a cura, retardar a progressão da doença é uma vantagem em relação a outros medicamentos”, diz.

## Paciente que recebeu polilaminina por ordem judicial relata emoção

**B**rasília - “Acordei de madrugada com o pensamento de que conseguiria mexer meu pé. Minha esposa dormia ao lado da minha maca, aqui no hospital. Pensei, vou mandar um estímulo para baixo, vou mexer meu pé. E não foi um movimentinho, não. Eu mexi o meu pé direito por inteiro. Eu fiz a contração.”

O relato é de Diogo Barros Brollo, 35 anos, que sofreu lesão medular total, de acordo com a equipe médica que o atendeu, após uma queda de um prédio durante o trabalho, em Friburgo (RJ). Ele ficou paraplégico, sem movimentos e sensibilidade da cintura para baixo.

Há um mês, por ordem judicial, ele recebeu aplicação da polilaminina, substância ainda em fase de testes clínicos na Anvisa, que pode ser capaz de regenerar lesões na medula espinhal, de acordo com um grupo de pesquisadores da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), liderado pela biólo-

ga Tatiana Coelho de Sampaio.

Duas semanas após a aplicação, ele começou a retomar sensibilidades em partes das pernas e a conseguir mexer o pé, contrair a coxa e também a musculatura do esfíncter. A constatação é narrada por ele mesmo e foi documentada pela equipe científica da bióloga Tatiana. “Não se trata de impulso involuntário. Eu mexo o meu pé quando quero. Consigo segurar minha perna dobrada, o que era impossível até dias atrás. Estou tendo contração muscular voluntária”, afirma Diogo. Durante a pesquisa científica, também chamada de pré-clínica, com autorização da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), a polilaminina foi injetada em animais e em seis voluntários. Um deles, Bruno Drummond de Freitas, 31, diagnosticado com tetraplegia, voltou a andar. São raros os casos de pessoas com lesões medulares completas que conseguiram retomar mobilidade.